
O segundo turno e o lugar do Brasil no mundo

*O balanço econômico do Lula 3 e os riscos de um ajuste regressivo
O hiperimperialismo e as ambições dos EUA no hemisfério ocidental
Soberania, terras raras e o projeto de país*

Paulo Nogueira Batista Jr.

Economista, ex-diretor-executivo no FMI e ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento

Palestra

São Paulo, no Conselho Regional de Economia, em 7 de outubro de 2026

Outubro de 2026

Nota editorial

A palestra *O segundo turno das eleições presidenciais: implicações econômicas e internacionais para o Brasil* foi proferida por Paulo Nogueira Batista Jr. no CORECON-SP em São Paulo, em 7 de outubro de 2026, poucos dias depois do primeiro turno, realizado em 4 de outubro.

Este texto reúne apenas a palestra. Foram retiradas a abertura, o debate com o público e as marcas de oralidade. O texto foi reorganizado em formato de ensaio, na primeira pessoa, preservando a argumentação e os juízos do expositor. Os títulos e subtítulos são editoriais.

A palestra ocorreu em plena campanha eleitoral. As avaliações sobre candidaturas, governos e países expressam exclusivamente a leitura do autor naquele contexto. O texto é de única e inteira responsabilidade de Paulo Nogueira Batista Jr.

Os quadros foram elaborados pela edição com base na exposição.

Sobre o expositor

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista e escritor. Foi diretor-executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Brasil e outros países, de 2007 a 2015, e vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, criado pelos BRICS, em Xangai, de 2015 a 2017. Foi professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. É autor, entre outros, de *A economia como ela é* e *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*, ambos finalistas do Prêmio Jabuti, e de *Estilhaços* (Contracorrente, 2024).

Sumário

O segundo turno e o lugar do Brasil no mundo	4
Uma eleição em aberto	4
O que Lula representa para a economia	4
O que esperar de um governo Flávio Bolsonaro	6
A dimensão geopolítica: a soberania sob ameaça	8
O hemisfério ocidental como quintal	9
Terras raras e minerais críticos no alvo	11
Como o Brasil deve se preparar	11
Síntese	14
Referências	15
Ficha editorial	16

O segundo turno e o lugar do Brasil no mundo

Paulo Nogueira Batista Jr.

Uma eleição em aberto

O tema de hoje, poucos dias depois do primeiro turno, é o significado econômico e geopolítico do segundo turno. Quais são as implicações, para a economia e para as relações internacionais do Brasil, do embate que teremos em 25 de outubro? Vou dar mais peso ao aspecto geopolítico, porque me parece o mais grave. É o que mais ameaça o Brasil neste segundo turno: o efeito que a eleição terá, dependendo de quem for eleito, sobre a posição internacional do país num momento muito especial da situação mundial.

O primeiro turno foi apertado, 47% a 45%. É uma margem relativamente pequena, e a virada é perfeitamente possível. Não está nada garantido que Flávio Bolsonaro já esteja eleito. Vai depender muito do que acontecer entre o primeiro e o segundo turnos, como sempre, mas sobretudo neste caso, em que a disputa foi tão apertada.

Não vou falar aqui como neutro. Sou eleitor do Lula e vou votar nele de novo no segundo turno. Acho um absurdo ficar neutro. Como diz a famosa frase atribuída a Dante Alighieri, o pior lugar do inferno está reservado àqueles que permanecem neutros em tempos de crise. É o caso. Vivemos uma crise sem precedentes, com ameaças sem precedentes ao país. Mesmo que eu achasse o Lula um desastre, o que não acho, escolheria o desastre menor. E, no meu entender, o desastre Flávio Bolsonaro é imenso.

Por isso não compreendo quando ouço jovens dizerem que nem vão votar, porque Lula e Flávio Bolsonaro estariam "na mesma prateleira". A falta de discernimento que alguns brasileiros demonstraram nesta eleição, a falta de conhecimento do que os candidatos representam, é realmente estarrecedora. Um amigo, economista conhecido de esquerda, me contava que o filho não foi votar porque acha que tudo é ruim. Um rapaz que teve em casa, a vida inteira, o diálogo com o pai! Não posso falar muito: na minha própria família há quem seja neutro e já houve quem votasse em Bolsonaro.

Vou começar pela economia e depois passar ao aspecto internacional, ao qual reservarei mais tempo.

O que Lula representa para a economia

Lula já mostrou o que pode oferecer, e não acredito que num eventual quarto mandato ele faça algo radicalmente diferente do que fez no terceiro. Como caracterizar essa política econômica? Razoável, equilibrada, sem grandes lances, basicamente responsável. Não arriscou muito. Refletiu o fato de o governo se apoiar numa aliança ampla, que inclui vários setores não ligados à esquerda, o que limita a capacidade de manobra de um governo sustentado por uma coalizão tão heterogênea. Além disso, o governo não tinha maioria no Congresso.

Os dados macroeconômicos não são ruins. Houve crescimento em torno de 3% do PIB no último ano do governo Bolsonaro e nos três primeiros anos do Lula 3. Agora há uma desaceleração em curso, bastante nítida, mas a inflação está sob controle. Deve ficar em torno de 5% neste ano, apesar dos choques externos decorrentes do ataque ao Irã. É acima do teto da meta, mas não é nada de alarmante.

As pessoas costumam não levar em conta que o Banco Central pratica juros reais absurdos, com a Selic nas alturas, mesmo com toda a diretoria, presidente e diretores, já nomeada pelo presidente Lula. Dito isso, Gabriel Galípolo conseguiu modificar um pouco para melhor o regime de metas: hoje a meta de inflação é contínua, e não mais referida ao ano-calendário. É uma melhora pequena, mas não desprezível.

Na política fiscal, considero realmente um exagero dizer que o Brasil vive uma crise fiscal, como se propaga muito na mídia corporativa. Temos problemas: a dívida é alta e está crescendo. Mas o resultado primário das contas públicas, que é a parte mais sob controle do governo, está, para o setor público consolidado, em torno de zero, com um déficit da ordem de 0,6% do PIB. A origem do déficit e do crescimento da dívida é a carga de juros suportada pelo setor público, que reflete o nível da dívida e a taxa de juros praticada no Brasil. Essa dinâmica o governo Lula não conseguiu alterar.

Há aqui uma distinção a fazer. Na execução do arcabouço fiscal, o governo conseguiu felizmente excluir uma série de itens da meta. Uma coisa é o déficit medido para fins do arcabouço; outra é o déficit efetivo. Quando falo em um déficit primário pequeno, de 0,6% do PIB, falo do déficit efetivo.

Se eu tivesse de escolher uma variável econômica brasileira que está fora do padrão normal de sanidade, seria, sem dúvida, a taxa de juros. O Brasil tem, quando não o juro real de curto prazo mais alto do mundo, um dos mais altos. Um juro dessa magnitude só beneficia quem tem riqueza financeira expressiva. Quem a tem pode viver tranquilo sem levantar um dedo. Muito empresário acaba preferindo vender sua empresa, por exemplo a um grupo estrangeiro, e aplicar confortavelmente o resultado no mercado financeiro. Aqui o rentista tem liquidez, risco baixo e juro alto ao mesmo tempo.

O Brasil é o paraíso dos rentistas. E é também o paraíso fiscal dos super-ricos.

O Brasil é também o paraíso fiscal dos super-ricos, que, graças às deficiências da legislação e às possibilidades de planejamento tributário, nome elegante para evasão e sonegação, pagam pouco imposto. Fernando Haddad conseguiu tomar algumas medidas para atenuar o problema, mas não chegou a resolvê-lo.

Contudo, o meu propósito hoje não é fazer críticas ao governo Lula na área econômica. Diante do que se avizinha, talvez venhamos a pensar que, quando Haddad era ministro, éramos felizes e não sabíamos.

Em resumo, foi um governo basicamente razoável na economia. Não fez nada de dramaticamente errado. Fez menos do que se gostaria, mas não cometeu nenhuma

barbaridade. O desemprego aberto caiu para níveis recordes de baixa, a inflação está controlada, o crescimento do PIB foi razoável e o déficit primário efetivo é pequeno. De 2027 em diante, caso Lula seja reeleito, não acredito que o quadro macroeconômico se modifique muito.

O que esperar de um governo Flávio Bolsonaro

E o que acontecerá com a economia se Flávio Bolsonaro for eleito? A primeira coisa que me chama a atenção no candidato, e por consequência na equipe que ele provavelmente conseguirá montar, é o despreparo. Ele não teve nenhuma experiência anterior relevante para ser presidente da República. Foi a vida inteira parlamentar, primeiro estadual, depois federal, e parlamentar medíocre, que não se destacou por nenhuma atuação importante, assim como o resto da família, inclusive o pai. Não tem experiência executiva.

Que história é essa, que agora se implantou no Brasil, de achar que alguém pode ir direto para a Presidência da República? Tivemos no primeiro turno não só o Flávio, mas também Renan Santos e Augusto Cury, sem currículo prévio que justificasse uma candidatura presidencial. Os que tinham trajetória eram Ronaldo Caiado, Romeu Zema e o próprio Lula, que tem tarimba e experiência ampla. É uma grande vantagem dele, inclusive nas questões econômicas: Lula tem uma experiência prática de decisões econômicas como presidente que nenhum outro candidato tem.

A falta de experiência se reflete também na falta de quadros para compor um eventual governo Flávio Bolsonaro. Lembrem-se do governo do pai: gente basicamente incompetente, despreparada e oportunista. Eles não têm quadros que conheçam as questões nacionais, que tenham vivência delas. São improvisadores, e trata-se de um grupo político ligado à milícia do Rio de Janeiro. O que um grupo com essas características pode oferecer ao Brasil, em geral e na área econômica em particular?

Se há, entre os que nos ouvem, gente desiludida com Lula, até por alguns dos motivos que mencionei, e que diz que vai se abster porque Lula seria um traidor, peço que ponham a mão na consciência. Não se trata de Lula. Trata-se do país. Lula é o instrumento que temos para defender o país contra a extrema direita ignorante e contra as ameaças internacionais de que falarei adiante. Abster-se num momento desses é uma irresponsabilidade.

O ajuste fiscal e quem paga a conta

O que Flávio anunciou para a economia? Praticamente nada, generalidades. E isso, de certo modo, é natural. Se uma tarefa importante do novo governo será ajustar as contas públicas, vale pensar no que isso significa. Qualquer que seja o presidente a partir de 2027, para fazer ajuste fiscal terá de tomar medidas que desagradam a alguém.

Normalmente, o ajuste fiscal é, para usar a linguagem dos economistas, exógeno: os governantes cortam gastos ou aumentam a tributação. Toda vez que o governo corta um gasto, reduz a renda de alguém. E, quando aumenta a tributação, alguém paga essa tributação adicional. O ajuste é sempre custoso do ponto de vista político, e por isso os governos preferem empurrá-lo com a barriga.

Só há uma hipótese em que o ajuste pode ser basicamente indolor: quando é endógeno, gerado por um crescimento mais significativo da economia. Pensem, por exemplo, numa economia pequena e exportadora, com alta relação entre exportações e PIB. Se ela se beneficia de um choque positivo nos termos de troca ou de um aumento da demanda externa, isso repercute na economia como um todo. O PIB cresce, aumenta a arrecadação sem tributação adicional e diminuem gastos cíclicos, como o seguro-desemprego. Esse ajuste endógeno, porém, requer condições muito especiais. De onde viria, no Brasil, um impulso de crescimento que dispensasse o governo de medidas duras? Pode-se até construir um cenário, mas não é fácil de ver.

Quadro 1 — Duas formas de ajuste fiscal, segundo o expositor

Tipo	Como ocorre	Custo e condições
Exógeno	Decisão do governo de cortar gastos ou aumentar tributos.	Todo corte reduz a renda de algum setor e todo aumento de tributo recai sobre alguém. É politicamente custoso e, por isso, tende a ser adiado.
Endógeno	O crescimento da economia eleva a arrecadação sem novos tributos e reduz os gastos cíclicos, como o seguro-desemprego.	Basicamente indolor, mas exige condições especiais, como um choque favorável nos termos de troca ou na demanda externa, mais típico de economias pequenas e muito exportadoras.

Fonte: elaboração da edição com base na exposição. As caracterizações e projeções são do expositor.

Quem será o ministro da Fazenda de um governo Flávio Bolsonaro? Fica aqui uma conjectura, que é o nome elegante para palpite. Pode ser que ele anuncie o nome antes do segundo turno, ou depois, se eleito. É muito provável que seja um nome aceitável para a chamada "turma da bufunfa", a exemplo do que fez o pai ao indicar Paulo Guedes, um economista super conservador, ortodoxo, comprometido com ajuste fiscal e privatizações. Talvez o nome apareça antes do segundo turno, para consolidar o apoio do chamado mercado, isto é, do capital financeiro e das grandes corporações, um apoio que já está configurado. Vimos a reação dos mercados na segunda-feira, logo depois do resultado do primeiro turno.

Especula-se, com razão, que um governo Flávio venha a adotar medidas recomendadas há anos, com insistência, por economistas ortodoxos ligados ao mercado: parar de reajustar o salário mínimo em termos reais, desvincular aposentadorias e pensões do salário mínimo, acabar com os pisos constitucionais de saúde e educação. Tudo isso teria efeitos positivos sobre o déficit público, mas à custa de um efeito regressivo na distribuição de renda.

Flávio faz bem, do ponto de vista dele, em esconder as cartas, se é isso que pretende fazer com um ministro do agrado da turma da bufunfa. O povo perceberia que votar nele é votar contra os próprios interesses. O aposentado e o pensionista que votam em Flávio, se essa conjectura for verdadeira, estão votando contra si mesmos. Quem depende do salário mínimo para a sua renda também vai pagar um preço.

É previsível que qualquer candidato, e isso vale para o Lula também, esconda o jogo e não queira ser explícito sobre o que pretende fazer. Nenhum dos dois fala, por exemplo, em

tributar os super-ricos, uma pauta muito defensável. Quem conhece a estrutura tributária brasileira não há de discordar: ela beneficia os ricos e super-ricos, que pagam proporcionalmente menos do que as classes médias e as classes baixas e ainda aplicam seu patrimônio sem risco, com liquidez e remuneração extraordinária. Por que os super-ricos não saem daqui? Podem até ameaçar, falar mal do Brasil, mas não saem. Como dizia muito bem Brizola, a burguesia brasileira não cabe em Miami.

Essa frase de Brizola inspirou o título do meu livro anterior, *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*, que voltou a circular porque o presidente Lula a usou no discurso na ONU.

Quadro 2 — Política econômica nos dois resultados possíveis do segundo turno, segundo o expositor

Tema	Lula reeleito	Flávio Bolsonaro eleito
Orientação geral	Continuidade do Lula 3: política razoável, equilibrada e responsável, limitada por uma coalizão heterogênea e pela falta de maioria no Congresso.	Programa econômico não explicitado; despreparo do candidato e falta de quadros com vivência das questões nacionais.
Equipe econômica	Presidente com experiência prática em decisões econômicas.	Ministro da Fazenda provavelmente aceitável para a "turma da bufunfa", a exemplo de Paulo Guedes.
Juros	Juro real entre os mais altos do mundo, dinâmica que o governo não conseguiu alterar.	Sem indicação de mudança; apoio do capital financeiro já configurado.
Ajuste fiscal	Déficit primário efetivo pequeno (cerca de 0,6% do PIB); a dívida cresce sobretudo pela carga de juros.	Conjecturas: fim da valorização real do salário mínimo; desvinculação de aposentadorias e pensões do salário mínimo; e fim ou redução dos pisos constitucionais de saúde e educação, com efeito regressivo.
Tributação dos super-ricos	Medidas parciais de Haddad, sem resolver o problema; tema ausente da campanha.	Tema ausente da campanha.

Fonte: elaboração da edição com base na exposição. As caracterizações e projeções são do expositor.

A dimensão geopolítica: a soberania sob ameaça

Passo agora ao que me parece mais grave: a dimensão geopolítica da eleição brasileira. Não tenham dúvida de que o mundo acompanha esta eleição com enorme interesse. Estados Unidos, Europa, China, Rússia, América Latina, todos estão voltados para o Brasil. Há quem peça aos brasileiros que salvem a América Latina, que resistam votando num candidato independente do governo Trump.

Vou ser claro: do ponto de vista geopolítico, eleger Flávio Bolsonaro é um desastre monumental. Tenho 71 anos de idade e nunca vi a soberania brasileira ameaçada como está hoje, pela conjugação de dois fatores. O primeiro é a presença, nos Estados Unidos, de um governo com ambições imperiais, especialmente em relação à América Latina. O segundo é um candidato que se apresenta, e a palavra é forte, mas não é exagero, como candidato a vassalo do presidente Trump.

Não estou fazendo caricatura nem dando uma opinião partidária enviesada. Estou me baseando em fatos. Há pouco tempo, houve uma troca de correspondência entre Flávio Bolsonaro e Marco Rubio, secretário de Estado dos Estados Unidos, encarregado pelo presidente Trump de cuidar das relações com a América Latina. Rubio é filho de cubanos exilados e tem um enorme ressentimento em relação a Cuba e a várias forças políticas latino-americanas. A carta de Flávio não foi divulgada, mas a resposta de Rubio, sim, e ela contém um parágrafo assustador. Rubio agradece a Flávio a generosa oferta de, caso seja eleito, pôr uma equipe de transição à disposição do governo dos Estados Unidos.

Vocês se dão conta da gravidade disso? É algo sem precedentes. Um grupo de transição se forma entre um governo que sai e um governo eleito, entre a eleição e a posse, para facilitar a passagem de serviço entre dois governos nacionais. Que história é essa de construir um grupo de transição com o governo norte-americano? É um escândalo. Se a mídia corporativa brasileira não fosse tão colonizada, isso estaria sendo amplamente divulgado. No meu modo de ver, seria suficiente para pedir a impugnação da candidatura, por violar um princípio constitucional básico, que é a defesa da soberania.

Nunca vi a soberania brasileira ameaçada da forma como está hoje.

Não se trata só do caráter servil da família Bolsonaro em relação aos Estados Unidos. Jair Bolsonaro bateu continência para a bandeira norte-americana e teve uma relação de imitação servil com o primeiro governo Trump, cujo mandato coincidiu em grande parte com o seu. O problema é que agora é muito pior. Não necessariamente porque Flávio seja mais servil que o pai, deve ser a mesma coisa, talvez pior. A grande diferença está no ambiente internacional. Temos hoje um Trump 2, que voltou em 2025 super agressivo, marcando uma fase de extrema agressividade do imperialismo norte-americano. Há quem fale em hiperimperialismo, termo que me parece adequado.

Um parêntese: Israel

Abro um parêntese. Há outra característica de Flávio Bolsonaro que não pode ser esquecida. Seguindo a linha da família, ele é defensor do sionismo e de Israel, e proclamou essa defesa em público várias vezes. Não é por acaso que Netanyahu o cumprimentou enfaticamente na segunda-feira pelo resultado no primeiro turno. Israel é hoje um regime que pratica um genocídio, matando civis em massa, crianças inclusive. Temos como candidato à Presidência da República um político que apoia isso. Como pode o brasileiro comum, que não é sanguinário, votar em quem defende isso? Dada a gravidade da tragédia humanitária na Palestina, essa razão bastaria para não votar em Flávio Bolsonaro. Fecho o parêntese.

O hemisfério ocidental como quintal

O principal problema são os Estados Unidos. Vale a pena ler os documentos norte-americanos de política internacional, que estão disponíveis na internet: a Estratégia de Segurança Nacional, do fim de 2025, e a Estratégia de Defesa Nacional, de janeiro de 2026. Nos dois, o que se lê sobre o hemisfério ocidental é a afirmação, sem nenhum

disfarce, de que os Estados Unidos pretendem manter ou recuperar uma hegemonia incontestável na região, entendida como o espaço que vai da Patagônia à Groenlândia. Isso foi repetido várias vezes pelo presidente e por seus ministros, notadamente Marco Rubio. O secretário de Defesa, Pete Hegseth, chegou a usar o termo "quintal", *backyard*.

Eles não concordam com o frase-título daquele meu livro, “O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, usado com grande efeito por Lula no seu discurso na ONU. Acham que o Brasil cabe, e deve caber, no quintal deles. Por quê? Porque o Brasil é tão grande, é o maior país da América Latina, que, se não estiver submetido ao projeto imperial norte-americano, esse projeto será necessariamente incompleto.

Olhem a gravidade do momento. Quais países da América Latina não estão hoje na órbita dos Estados Unidos, quais não seguem o modelo Milei? O México de Claudia Sheinbaum, uma figura excepcional. Além de ser mulher, é judia, uma judia super esclarecida, que não apoia o sionismo nem Israel e tem tido uma posição muito digna, interna e internacionalmente. Há também dois países pequenos e anti-imperialistas por tradição, Cuba e Nicarágua. E, na América do Sul, o Brasil. Ao nosso lado, só o Uruguai e Suriname, países que, com todo o respeito, não têm o peso de Colômbia, Argentina ou Peru. Estamos cercados por governos que se submetem à estratégia norte-americana, e os que não se submetem estão sob pressão.

Quadro 3 — A América Latina diante da estratégia norte-americana para o hemisfério ocidental, segundo o expositor

País ou território	Situação descrita na palestra
México	Governo de Claudia Sheinbaum fora da órbita dos Estados Unidos, com posição considerada muito digna no plano interno e internacional.
Cuba	Reforço dramático do embargo, com fortes consequências humanitárias. Uma ação mais direta, estaria sendo adiada possivelmente pelo andamento do ataque ao Irã e pelas eleições de meio de mandato.
Nicarágua	País pequeno e anti-imperialista por tradição, fora da órbita norte-americana.
Venezuela	Presidente capturado e levado a julgamento nos Estados Unidos; governo de Delcy Rodríguez submetido aos desígnios norte-americanos. A Venezuela foi transformada em "protetorado" dos EUA.
Groenlândia	Acordo obtido sob ameaça militar consolida a presença militar norte-americana na ilha.
Demais países sul-americanos	Governos que se submetem à estratégia norte-americana ou estão sob pressão; Uruguai e Suriname são as exceção de pouco peso.
Brasil	Única grande economia da América do Sul fora da órbita dos Estados Unidos e alvo do interesse estratégico por terras raras e minerais críticos.

Fonte: elaboração da edição com base na exposição. As caracterizações e projeções são do expositor.

Foi dado pouco destaque, acredito, à questão da Groenlândia. Trump ameaçou várias vezes os seus aliados europeus, notadamente a Dinamarca, com uma ação militar e acabou obtendo, na base da ameaça, um acordo com a Dinamarca e a Groenlândia que consolida a já significativa presença militar norte-americana na ilha. É uma ação inteiramente consistente com a estratégia anunciada nos documentos oficiais.

Cuba está sujeita a um reforço dramático do embargo, um embargo criminoso, com fortes consequências humanitárias. Mas resiste. Minha conjectura é que o governo Trump ainda não agiu de maneira mais direta, tentando uma invasão, por dois fatores. O ataque ao Irã não está indo bem, e abrir uma nova frente nessas condições seria uma temeridade. E há as eleições de meio de mandato, decisivas para Trump: estão em jogo as duas casas do Congresso, e ele, impopular, corre o risco de perder o controle de ambas, tornar-se um "pato manco" e até sofrer um *impeachment*. Não sei o que fará em relação a Cuba depois das eleições parlamentares de novembro nos Estados Unidos.

Na Venezuela, os Estados Unidos tiveram uma vitória espetacular. Decapitaram o regime sequestrando o presidente, levado a julgamento nos Estados Unidos, e o regime venezuelano submeteu-se passivamente aos seus desígnios. Virou um protetorado norte-americano. Um país grande e importante, nosso vizinho, em que Delcy Rodríguez está subordinada ao vice-rei Marco Rubio.

Trump está impopular nos Estados Unidos e no mundo. Outra conjectura: ele adotou, diante da eleição brasileira, uma posição de falsa neutralidade. Os estrategistas norte-americanos devem ter percebido que o apoio explícito de Trump a um candidato pode mais atrapalhar do que ajudar. Foi o que aconteceu no Canadá, onde se elegeu Mark Carney, que não era o preferido de Trump, e na Austrália. Devem ter avaliado que convém ficar aparentemente neutros para não atrapalhar o seu vassalo.

Terras raras e minerais críticos no alvo

Por que o Brasil precisa tomar muito cuidado? Porque temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, uma grande população e amplas reservas de recursos naturais em várias áreas, notadamente de minerais críticos e terras raras, cujo interesse estratégico aumentou muito. Um dos objetivos dos Estados Unidos em relação ao Brasil, seja quem for o vencedor, mesmo que seja Lula, é pressionar o governo brasileiro a abrir-se ao interesse norte-americano nessa área: autorizar empresas norte-americanas e garantir o suprimento de matéria-prima por um período longo.

Foi o que aconteceu com a Serra Verde. Os norte-americanos já obtiveram um primeiro avanço durante o próprio governo Lula, com a ajuda de Ronaldo Caiado, que não por acaso apoia Flávio Bolsonaro: fincaram o pé numa reserva importante em Goiás. No embate entre Trump e Xi Jinping no ano passado, um dos fatores da vitória tática chinesa foi justamente o fato de a China deter a maior reserva de terras raras do mundo e usá-la como alavanca. Onde mais há terras raras, além da China? Neste nosso país, que tem a segunda maior reserva, mas está situado no hemisfério ocidental, onde Estados Unidos pretendem exercer uma hegemonia incontestável.

O Brasil virou, como nunca, alvo dos interesses estratégicos dos Estados Unidos, que mantêm um foco especial no hemisfério ocidental, mas não abandonaram o projeto de hegemonia global.

Como o Brasil deve se preparar

Encerro com uma reflexão baseada em grande parte no meu livro *Estilhaços*: como o Brasil deve se preparar para esta nova era internacional, muito diferente daquela a que estávamos acostumados? Vejo muitos jovens na plateia. O mundo que vocês vão enfrentar é muito mais difícil do que o que a minha geração enfrentou, e o nosso já não era fácil.

O brasileiro precisa abandonar uma postura acomodada, a de achar que com *soft power*, diplomacia e uma boa conversa vamos conseguir nos proteger. Temos de estar muito bem preparados, inclusive psicologicamente, como país, para enfrentar as tempestades e os desafios imensos que virão. Muita coisa é importante para nós, no plano social e econômico, mas a nossa posição internacional é a questão mais urgente, porque o inimigo está diante da nossa porta. Normalmente não se usa essa linguagem, chamar outro país de inimigo, mas, diante da postura que os Estados Unidos estão tomando, ela é apropriada.

No campo psicológico, temos primeiro de superar o complexo de inferioridade que nós, brasileiros, temos – o famoso complexo de vira-lata que Nelson Rodrigues denunciava. Esse complexo resulta de algo antigo e arraigado, a colonização cultural e mental que sofremos ao longo dos séculos e da qual ainda não escapamos. Está na hora de jogar ao mar essa tradição de subserviência colonial. As chamadas elites brasileiras são, em grande parte, elites colonizadas, cuja referência principal são os Estados Unidos, apesar de o mundo estar mudando enormemente.

No plano econômico, temos de buscar autossuficiência em áreas estratégicas, evitando depender de fornecedores estrangeiros, especialmente dos localizados em países perigosos para nós. As cadeias de produção devem estar aqui dentro ou em países confiáveis. Essa busca gera, evidentemente, perda de eficiência econômica, não há dúvida. Mas, neste momento, a segurança nacional passa à frente da maximização da eficiência. E já passou o tempo em que se podia defender um projeto de desenvolvimento baseado na abertura comercial e financeira como alavanca.

A segurança nacional, neste momento, passa à frente da maximização da eficiência econômica.

Quadro 4 — Como o Brasil deve se preparar para a nova era internacional, segundo o expositor

Dimensão	Proposta
Psicológica e cultural	Superar o complexo de vira-lata e a colonização cultural e mental das elites, cuja referência principal são os Estados Unidos.
Diplomática	Abandonar a crença de que <i>soft power</i> , diplomacia e boa conversa bastam para proteger o país.
Econômica	Buscar autossuficiência em áreas estratégicas, com cadeias produtivas no país ou em países confiáveis, pondo a segurança nacional à frente da eficiência e abandonando a abertura comercial e financeira como suposta alavanca do desenvolvimento.
Projeto de país	Valorizar o Brasil cordial e generoso e um pacifismo reconfigurado, para oferecer ao mundo uma mensagem nova contra a onda de extrema direita.

Por fim, uma consideração mais positiva. É difícil dizer isto depois do primeiro turno, mas existe um Brasil muito diferente daquele que apareceu em parte das vitórias eleitorais. Talvez vocês, jovens, nem tenham noção de que ele existe. Já foi mais forte, mas existe ainda. É um Brasil que o mundo admira pela cordialidade, pela simpatia, pela generosidade, pelo sentimento humano. Há, claro, um lado sinistro, ligado à escravidão e à injustiça social, que nunca conseguimos eliminar. Mas há esse lado positivo, que procurei destacar em *Estilhaços*.

Não adianta ser um país maravilhoso, exemplar, se você é muito pequeno: não terá impacto internacional. Mas um gigante como o Brasil, quinto maior território e sétima maior população do mundo, oitava maior economia, se for bem direcionado, no rumo de uma política humana e justa, que evite agressões, com o nosso pacifismo reconfigurado, pode trazer ao mundo uma mensagem, uma palavra nova. E o mundo precisa muito disso, porque as barbaridades, as injustiças e a ignorância que apareceram com tanta força no primeiro turno não são só do Brasil. Estão nos Estados Unidos, na Europa, na Argentina. O que é Flávio senão um candidato a Milei brasileiro?

Cuidado com essa expressão que o brasileiro usa muito, "só no Brasil". Quando o brasileiro diz isso, pode ter certeza de que não é só no Brasil. É que ele não olha para o exterior e tem esse sentimento de inferioridade. Acredito que o Brasil pode trazer uma mensagem inovadora ao mundo, dependendo muito, é claro, do rumo que tomaremos neste segundo turno. Vocês podem dizer que estou delirando. Repito o que digo em *Estilhaços*: não é pelo delírio que se chega à essência das coisas?

Não é pelo delírio que se chega à essência das coisas?

Síntese

A palestra de Paulo Nogueira Batista Jr. organiza-se em torno de uma tese: o segundo turno de 2026 tem consequências econômicas e internacionais relevantes, em especial sobre a posição internacional do Brasil num momento em que os Estados Unidos reivindicam abertamente a hegemonia sobre o hemisfério ocidental.

Na economia, o expositor avalia o terceiro governo Lula como razoável e responsável: crescimento em torno de 3% ao ano, desemprego em mínimos históricos, inflação controlada e déficit primário efetivo pequeno. O ponto fora da curva é a taxa de juros, que faz do país um paraíso de rentistas. Além disso, a estrutura tributária injusta transforma o Brasil num paraíso fiscal para os super-ricos. A dinâmica da dívida pública, nessa leitura, é explicada sobretudo pela carga de juros, e não pelo déficit primário.

Diante de um eventual governo Flávio Bolsonaro, o expositor aponta o despreparo do candidato e a ausência de quadros e projeta a provável escolha de um ministro da Fazenda alinhado ao mercado. Projeta também, em caráter de conjectura, medidas de ajuste fiscal de efeito regressivo: o fim da valorização real do salário mínimo, a desvinculação de aposentadorias e pensões e o fim dos pisos constitucionais de saúde e educação. Como o ajuste "endógeno", produzido pelo crescimento, exige condições especiais difíceis de reproduzir no Brasil, a questão decisiva é quem pagará a conta do ajuste.

No plano internacional, a tese central é a conjugação inédita de dois fatores: um governo norte-americano de ambições imperiais e um candidato disposto a alinhar-se a ele, como sugere a carta em que Marco Rubio agradece a oferta de uma equipe de transição. O cerco à América Latina e o interesse estratégico norte-americano por terras raras e minerais críticos tornam o Brasil, segundo o expositor, um alvo como nunca.

A resposta proposta tem três dimensões: superar a colonização cultural e o complexo de vira-lata; buscar autossuficiência nas áreas estratégicas, aceitando perda de eficiência em nome da segurança nacional; e reconhecer o potencial do Brasil, por sua escala e pela face generosa de sua cultura, de oferecer ao mundo uma mensagem nova, contra a onda de extrema direita que não é exclusiva do país.

Referências

ALIGHIERI, D. *A Divina Comédia: Inferno*. Tradução de Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.

BATISTA JR., P. N. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BATISTA JR., P. N. *O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata*. São Paulo: LeYa, 2019; Segunda edição, 2021

BATISTA JR., P. N. *Estilhaços*. São Paulo: Contracorrente, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.079, de 26 de junho de 2024. Dispõe sobre a sistemática de metas para a inflação. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12079.htm.

PODER360. Lula diz na ONU que Brasil “não cabe no quintal de ninguém”. Set. 2026. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/lula-diz-na-onu-que-brasil-nao-cabe-no-quintal-de-ninguem/>.

TIMES BRASIL. Em carta, Rubio agradece a Flávio Bolsonaro por oferta de equipe de transição aos EUA caso seja eleito. 27 jun. 2026. Disponível em:

<https://timesbrasil.com.br/brasil/em-carta-rubio-agradece-a-flavio-bolsonaro-por-oferta-de-equipe-de-transicao-aos-eua-caso-seja-eleito/>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Flávio Bolsonaro e Lula vão disputar o 2º turno para a Presidência da República. 5 out. 2026. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/flavio-bolsonaro-e-lula-va-disputar-o-2o-turno-para-a-presidencia-da-republica>.

WHITE HOUSE. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC, nov. 2025.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *National Defense Strategy*. Washington, DC, jan. 2026.

Ficha editorial

Título	O segundo turno e o lugar do Brasil no mundo: economia, geopolítica e soberania
Expositor	Paulo Nogueira Batista Jr.
Origem do texto	Palestra – “O segundo turno das eleições presidenciais: implicações econômicas e internacionais para o Brasil”, proferida em São Paulo, em 7 de outubro de 2026.
Quadros	Elaborados pela edição com base na exposição.
Primeira edição	Outubro de 2026

Transparência. A preparação deste texto envolveu o uso de ferramentas de inteligência artificial na edição do texto, na conferência de fontes e na organização do material. O conteúdo é de única e inteira responsabilidade de Paulo Nogueira Batista Jr., que reviu e corrigiu a transcrição.